



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

**IMPrensa Oficial do Município de São Francisco do Oeste/RN**

EDITADO PELO GABINETE DA PREFEITA

## **PODER EXECUTIVO**

GISELY PORFIRIO CAVALCANTE – PREFEITA MUNICIPAL  
CÍCERO GOMES DE FREITAS – VICE-PREFEITO

## **PODER LEGISLATIVO – VEREADORES**

RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS JÚNIOR – PRESIDENTE  
JOELMA MATIAS SOUZA SANTOS – VICE-PRESIDENTE  
GENIOSMO CAMPOS PINHEIRO DE MORAIS – 1º SECRETÁRIO  
FRANCISCO HÉRICO SOARES MAIA – 2º SECRETÁRIO  
ANTONIO GESSÉ DE FREITAS  
ANTONIO MARCOS LEITE  
MARIA JUBERLÂNGIA DA SILVA  
RAIMUNDO SOUZA DA SILVA  
VALCIMAR FERREIRA DE PAIVA

### **1 – SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E REC. HUMANOS**

- Rescisão do Contrato Nº 004/2025/CPTS
- Rescisão do Contrato Nº 027/2025/CPTS

### **2 – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- Aviso de Contratação Direta Nº 005.01/2025 – Processo Administrativo nº 005.01/2025
- Termo de Referência 005.01

### **3 – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- Resolução Nº 11/2024
- Resolução Nº 01/2025



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

## SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E REC. HUMANOS

### TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – Nº 004/2025/CPST

**A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;  
E DE ACORDO COM A CLÁUSULA SEGUNDA, PARÁGRAFO PRIMEIRO que trata do prazo, prorrogação e encerramento, podendo ser extinto, sem indenização a CONTRATADA, quando verificada uma das seguintes hipóteses: I. Término do prazo contratual independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas; II. Por conveniência motivada da Administração Pública contratante; III. Pelo cometimento de infração contratual ou legal por parte da contratada, apurada em regular processo administrativo; **IV. Por vontade de ambas as partes**; V. Por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidas em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

#### RESOLVE RESCINDIR:

O contrato de trabalho de serviços temporários da Senhora **ANTONIA CLAUDIA DE QUEIROZ FILGUEIRA**, inscrita no CPF nº \*\*\*.363.304-\*\*, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, firmado em 21 de janeiro de 2025, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2025 e com previsão de término em 31 de dezembro de 2025.

Determina a Secretaria de Administração, Planejamento e Recursos Humanos a adoção de medidas necessárias para o cumprimento deste Termo de Rescisão.

O presente termo de Rescisão entra em vigor na data de **31 de janeiro de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, publique-se, cumpra-se.**

São Francisco do Oeste/RN, 30 de janeiro de 2025.

**GISELY PORFIRIO CAVALCANTE**

Prefeita Municipal

### TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – Nº 027/2025/CPST

**A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;  
E DE ACORDO COM A CLÁUSULA SEGUNDA, PARÁGRAFO PRIMEIRO que trata do prazo, prorrogação e encerramento, podendo ser extinto, sem indenização ao CONTRATADO, quando verificada uma das seguintes hipóteses: I. Término do prazo contratual independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas; II. Por conveniência motivada da Administração Pública contratante; III. Pelo cometimento de infração contratual ou legal por parte do contratado, apurada em regular processo administrativo; **IV. Por vontade de ambas as partes**; V. Por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidas em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade do CONTRATADO.

#### RESOLVE RESCINDIR:

O contrato de trabalho de serviços temporários do Senhor **FABIO JUNIOR SOARES**, inscrito no CPF nº \*\*\*.365.684-\*\*, zelador, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Rurais, firmado em 22 de janeiro de 2025, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2025 e com previsão de término em 31 de dezembro de 2025.

Determina a Secretaria de Administração, Planejamento e Recursos Humanos a adoção de medidas necessárias para o cumprimento deste Termo de Rescisão.

O presente termo de Rescisão entra em vigor na data de **31 de janeiro de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, publique-se, cumpra-se.**

São Francisco do Oeste/RN, 30 de janeiro de 2025.

**GISELY PORFIRIO CAVALCANTE**

Prefeita Municipal

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005.01/2025

Processo Administrativo nº 005.01/2025

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste, CNPJ: 08.154.015/0001-16, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, CNPJ: 08.154.015/0001-16, por meio da Comissão de Contratação, realizará Dispensa na forma Presencial, com critério de julgamento por **MENOR VALOR**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 245, de 29 de dezembro de 2022 e demais legislação aplicável.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta **Dispensa Presencial** será **exclusivamente** pelo e-mail, através do endereço: [compras.sforn@gmail.com](mailto:compras.sforn@gmail.com). As propostas, assim como os documentos de habilitação deverão ser enviados nos horários indicados a seguir:

**1– Início para envio dos documentos de habilitação e da proposta: 08h (oito) horas do dia 31/01/2025;**

**2– Data e hora de término do recebimento dos documentos de habilitação e da proposta: 04/02/2025 às 12h (doze horas);**

**3–** A solicitação de **esclarecimento de dúvidas** a respeito das **condições** deste **Aviso de Contratação Direta** e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de Licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo e-mail, através do endereço: [compras.sforn@gmail.com](mailto:compras.sforn@gmail.com)

## **1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:**

1.1.O objeto da presente Dispensa de Licitação é a Aquisição de kits de materiais escolares para alunos da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I desse Aviso de Contratação.

1.2.A contratação ocorrerá por menor valor, conforme especificações na tabela constante no Termo de Referência, anexo I desse Aviso de Contratação.

1.3.O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2.PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:**

2.1.A participação na presente Dispensa de Licitação se dará mediante o envio da documentação de habilitação e proposta de preço para e-mail: [compras.sforn@gmail.com](mailto:compras.sforn@gmail.com) no prazo e horário estabelecido neste aviso.

2.1.1. Os interessados deverão estar cientes e atender aos procedimentos e critérios previstos neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e seus anexos.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer informação enviada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes da falta ou envio indevido de documentos, ainda que por terceiros não autorizados.

### **2.2. Não poderão participar desta Dispensa os fornecedores:**

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor; organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

## **3.INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA PREÇOS:**

3.1.O ingresso do fornecedor na disputa da Dispensa de Licitação se dará com o envio de sua proposta e documentos de habilitação, na forma deste item.

3.2.O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará via e-mail: [compras.sforn@gmail.com](mailto:compras.sforn@gmail.com), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o envio dos documentos.

3.3.Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou fornecimento;

3.4.1. Os preços ofertados na proposta, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5.A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e os anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços ou fornecimento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. Juntamente com a proposta, o interessado deverá enviar toda a documentação de habilitação descrita no Termo de Referência, na mesma forma do item anterior.

## **4.JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:**

4.1.Encerrada o prazo para envio das propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2.O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.3.Se a proposta do vencedor for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

4.4. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

4.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

4.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

4.7. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

4.8. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

4.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

## **5. HABILITAÇÃO:**

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação elencados a seguir deverão ser enviados pelo fornecedor juntamente com a propostas para o e-mail conforme item 2 deste Aviso de Contratação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>), Acórdão nº 1793/2011-Plenário.

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

• A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

• O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

## **6. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

6.1. Todas as informações constam no Termo de Referência, anexo I desse Aviso de Contratação.

## **7. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

7.1. Todas as informações constam no Termo de Referência, anexo I desse Aviso de Contratação.

## **8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

9.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

## **10. SANÇÕES:**

10.1. Comete infração administrativa o interessado que se enquadre nas previsões contidas no Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Os interessados que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

11.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores cadastrados no referido Portal, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.3.1. ANEXO I - Termo de Referência;

São Francisco do Oeste/RN, 30 de janeiro de 2025.

-----  
Emanuela Cristina Estevão Leite  
Agente de Contratação

## **TERMO DE REFERÊNCIA 005.01**

### **1. DO OBJETO:**

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a Aquisição de kits de materiais escolares para alunos da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VAL. MÉDIO UNT	VAL. MÉDIO TOTAL
01	<b>KIT ESCOLAR 1 – PRÉ ESCOLA - EDUCAÇÃO INFANTIL</b> Pasta com elastico plastica 40x245x335 – <b>01 UND</b> Caderno espiral flexivel para desenho 96 folhas – <b>01 UND</b> Lápis grafite nº 2 – <b>02 UND</b> Lápis de cor grafite grande com 12 cores – <b>01 UND</b> Giz de cera não toxico 77x cx com 12 cores – <b>01 UND</b> Borracha escolar branca rec 40 – <b>01 UND</b> Apontador com depósito para lapis grafite – <b>01 UND</b> Tesoura sem ponta escolar 13 cm – <b>01 UND</b> Cola branca 40 g – <b>02 UND</b> Tinta guache pote 15 ml caixa com 6 und – <b>01 UND</b> Massa para modelar 135 g com 12 cores – <b>01 UND</b> Pincel chato para pintura nº 8 – <b>01 UND</b>	Kit	120	R\$ 71,22	R\$ 8.546,40
02	<b>KIT ESCOLAR 2 – ANOS INICIAIS – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL</b> Pasta com elastico plastica 40x245x335 – <b>01 UND</b> Apontador com depósito para lapis grafite – <b>01 UND</b> Borracha escolar branca rec 40 – <b>01 UND</b> Caderno 10 materias universitário 198x273 – <b>01 UND</b> Caderno espiral flexivel para desenho 96 folhas – <b>01 UND</b> Canetinha hidrográfica 12 cores – <b>01 UND</b> Cola branca 40 g – <b>01 UND</b> Lápis de cor grafite grande com 12 cores – <b>01 UND</b> Lápis grafite nº 2 – <b>02 UND</b> Régua cristal transparente 30 cm – <b>01 UND</b> Tesoura sem ponta escolar 13 cm – <b>01 UND</b>	Kit	300	R\$ 83,40	R\$ 25.020,00
03	<b>KIT ESCOLAR 3 – ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL</b> Pasta com elastico plastica 40x245x335 – <b>01 UND</b> Apontador com depósito para lapis grafite – <b>01 UND</b> Borracha escolar branca rec 40 – <b>01 UND</b> Caderno 10 materias universitário 198x273 – <b>01 UND</b> Caneta esferográfica azul – <b>02 UND</b> Caneta esferográfica preta – <b>01 UND</b> Caneta esferográfica vermelha – <b>01 UND</b> Transferidor 180° - <b>01 UND</b> Esquadro 45° - <b>01 UND</b> Esquadro 60° - <b>01 UND</b> Lápis de cor grafite grande com 12 cores – <b>01 UND</b> Lápis grafite nº 2 – <b>04 UND</b> Régua cristal transparente 30 cm – <b>01 UND</b> Tesoura sem ponta escolar 13 cm – <b>01 UND</b>	Kit	320	R\$ 82,84	R\$ 26.508,80

1.2.O item objeto da presente aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.3.O item da presente aquisição são classificados como itens comum, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4.O prazo de vigência da aquisição é de 06 meses, contados a partir da sua assinatura do instrumento contratual, sendo admitida sua prorrogação por igual período.

1.5.O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6.O fornecimento dos itens acima descritos será conforme necessidade, nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

## **2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

2.1.A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamentada conforme o Art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.A descrição da necessidade da contratação estará descrita abaixo:

2.2.1 A compra dos kits é necessária devido à realidade socioeconômica de muitas famílias do município, que enfrentam dificuldades financeiras para adquirir os materiais, o que pode comprometer o acompanhamento escolar dos estudantes. Ao fornecer os kits, a prefeitura busca assegurar que todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham as ferramentas adequadas para o desempenho pleno de suas atividades educacionais. É um investimento no futuro das crianças e adolescentes do município, que terão acesso a um ambiente escolar mais igualitário e propício ao aprendizado.

## **3.DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:**

3.1.A realidade socioeconômica de muitas famílias do município impede que todos os alunos tenham acesso aos materiais escolares essenciais para o bom desenvolvimento de suas atividades. Esse cenário pode acarretar no desinteresse e até mesmo no baixo desempenho dos estudantes, uma vez que a falta de materiais pode gerar dificuldades para o acompanhamento das atividades pedagógicas e comprometer a qualidade do ensino. É uma ação imprescindível para garantir a inclusão, o sucesso escolar e a continuidade do processo de aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino de São Francisco do Oeste/RN, promovendo um ambiente educacional mais justo e equitativo.





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

3.2.O objetivo principal dessa contratação é Garantir a equidade no acesso aos recursos educacionais essenciais, assegurando que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, possam participar plenamente do processo de ensino-aprendizagem, com as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de suas atividades escolares. A ação visa reduzir desigualdades educacionais, proporcionando aos alunos os materiais necessários para o desempenho acadêmico e a realização de suas tarefas cotidianas na escola, contribuindo para a melhoria do rendimento escolar e o fortalecimento da inclusão educacional no município.

#### **4.DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

4.1.A solução proposta para a Aquisição de kits de materiais escolares para alunos da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, Consiste na compra e distribuição dos kits contendo os itens essenciais para o desenvolvimento das atividades escolares, atendendo às necessidades de cada aluno da rede municipal. A medida visa a entrega dos materiais logo no início do ano letivo, garantindo que todos os estudantes tenham os recursos necessários para o início das aulas, sem depender de sua capacidade financeira ou de suas famílias. Os kits serão compostos por materiais como cadernos, lápis, canetas, borrachas, régua, lápis de cor, tesoura, entre outros itens básicos, que são fundamentais para as atividades diárias no ambiente escolar. A distribuição será feita de forma organizada nas escolas municipais, com a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, garantindo que todos os alunos recebam os kits no início do ano letivo, permitindo um início de atividades sem interrupções ou atrasos.

#### **5.DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

5.1.São requisitos de contratação:

5.1.1.Durabilidade garantida, e que atendam às normas de segurança, especialmente no caso de itens como tesouras, lápis e outros objetos de uso infantil.

5.1.2.Entrega pontual dos kits dentro do prazo estabelecido no contrato, para garantir que os alunos recebam os materiais no início do ano letivo.

5.1.3.Garantia de distribuição organizada dos kits nas escolas municipais, com a coordenação da Secretaria de Educação, de forma a evitar falhas no processo de distribuição.

5.1.4.O fornecedor deverá fornecer garantia sobre a qualidade dos materiais, com compromisso de reposição ou substituição de itens defeituosos ou com problemas de durabilidade no período determinado.

5.1.5.Atendimento ao Código de Defesa do Consumidor, com direito à devolução ou substituição de produtos em caso de não conformidade.

5.1.6.O fornecedor deverá assegurar que o produto está em conformidade com as especificações acordadas e oferecer garantias adequadas sobre a qualidade do produto.

5.1.7.A empresa contratada deverá garantir que o nível de qualidade e os padrões exigidos sejam mantidos ao longo de todo o contrato, com a possibilidade de revisão e ajustes, caso necessário.

5.1.8.A contratada deverá possuir atestado(s) de capacidade técnica que confirmem seu notório saber jurídico, na forma disposta na Lei de Licitações e Contratos.

5.1.9.Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **Da Subcontratação**

5.2.Na presente Contratação **NÃO** será admitida subcontratação:

#### **Da Garantia da contratação**

5.3.NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

#### **6.DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

##### **Condições de Entrega**

6.1.O prazo de entrega da presente aquisição é de até 10 dias, contados do recebimento da respectiva ordem de compra e/ou serviço.

6.2.O fornecimento deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, no período de vigência do contrato.

6.3.O fornecimento poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4.Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6.O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

#### **7.DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

7.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1.O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2.Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

7.7.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

7.8.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.8.1.Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.3.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.4.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10.O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1.O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2.Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3.Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente bancária de titularidade do Contratado.

8.4.As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

8.5.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

8.6 - A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.6.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.6.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012

## **9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

9.2.O objeto em questão será contratado com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

### **Exigências de habilitação:**

9.3.Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

#### 9.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 9.5. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.5.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. Inscrição estadual ou municipal, se não tiver inscrição estadual, comprovar mediante declaração da fazenda estadual;

9.5.3. Alvará 2025;

9.5.4. Rg, cpf e comprovante de residência do representante da empresa;

9.5.5. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.5.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.5.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.8. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.5.9. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.5.10. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.11. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

9.5.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

9.5.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

9.5.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

#### 9.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.6.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

#### 9.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

#### 10. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 60.075,20 (sessenta mil e setenta e cinco reais e vinte centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

11.2.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

12.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1.Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.1.2.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3.Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.4.Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5.Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **13. DO REAJUSTE:**

13.1.Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8.O reajuste será realizado por apostilamento.

## **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

14.1.O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## **15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

15.1.As despesas para atender ao objeto deste Processo de Contratação devem ser apropriadas da existência de saldo na dotação orçamentária própria conforme levantamento do setor CONTÁBIL da Administração Municipal de São Francisco do Oeste/RN.

15.2.A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I)Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste; Unidade Orçamentária: 6001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Programa de Trabalho: 5 - EDUCACAO INTEGRADA; Ação: 5.121 - ACOES VOLTADAS MAN SEC. EDUCACAO E CULTURA; Despesa 628: 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita; Fonte de Recursos: 1501 - Outros Recursos não Vinculados - 1.501.0000;

II)Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste; Unidade Orçamentária: 6001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Programa de Trabalho: 5 - EDUCACAO INTEGRADA; Ação: 5.119 - ACOES VOLTADAS FUNDEB 30%; Despesa 653: 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recursos: 1540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 1.540.00;

III)Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste; Unidade Orçamentária: 6001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Programa de Trabalho: 5 - EDUCACAO INTEGRADA; Ação: 5.119 - ACOES VOLTADAS FUNDEB 30%; Despesa 619: 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita; Fonte de Recursos: 1540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 1.540.00;

IV)Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste; Unidade Orçamentária: 6001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Programa de Trabalho: 5 - EDUCACAO INTEGRADA; Ação: 5.119 - ACOES VOLTADAS FUNDEB 30%; Despesa 617: 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recursos: 1540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 1.540.00;

V)Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste; Unidade Orçamentária: 6001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; Programa de Trabalho: 5 - EDUCACAO INTEGRADA; Ação: 5.119 - ACOES VOLTADAS FUNDEB 30%; Despesa 664: 3.3.90.30.00 Material de Consumo; Fonte de Recursos: 1540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 1.540.00

São Francisco do Oeste /RN, 30 de janeiro de 2025.

Alzineide Pereira Souza Costa

**Secretária Interina Municipal de Educação e Cultura**



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 324, de 30/01/2023

ADMINISTRAÇÃO DA EXMA. SRA. PREFEITA GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE



Edição Nº. 499 – São Francisco do Oeste/RN, Sexta-Feira – 31 de janeiro de 2025.

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### RESOLUÇÃO Nº 11/2024

Dispõe sobre a aprovação do calendário de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social para o exercício do ano de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido ordinariamente no dia 20 de dezembro de 2024, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

**CONSIDERANDO** a necessidade de organização e planejamento das atividades deste conselho;

**CONSIDERANDO** a importância da participação democrática e do controle social na gestão da política pública de assistência social;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social para o ano de 2025, conforme cronograma apresentado ao CMAS.

**Art. 2º** As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo presidente do Conselho ou por solicitação de pelo menos um terço dos conselheiros, com antecedência mínima de 03 dias, devendo ser informada a pauta específica.

**Art. 3º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Francisco do Oeste/RN, 20 de dezembro de 2024.

Antonia Ivaneide Barbosa de Miranda  
Presidente do CMAS

### RESOLUÇÃO CMAS Nº 01/2025

Reprograma os Saldos Financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social existentes em 31 de dezembro de 2024.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE São Francisco do Oeste/RN, reunido no dia 28 de janeiro de 2025, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

**Considerando** a necessidade de reprogramar os sados financeiros existentes em 31 de dezembro de cada ano, nas contas vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social,

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Ficam reprogramados os saldos financeiros existentes nas contas vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social, apurados em 31 de dezembro de 2024 na forma que segue.

§1º. Os valores apurados na conta BL GBF, na soma de R\$ 58.834,93 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

§2º. Os valores apurados na conta BL GSUAS, na soma de R\$ 10.563,20 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

§3º. Os valores apurados na conta BL PSB, na soma de R\$ 15.998,44 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

§4º. Os valores apurados na conta BPC na Escola, na soma de R\$ 2.330,00 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

§5º. Os valores apurados na conta SIGTV, na soma de R\$ 22.738,16 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

§6º. Os valores apurados na conta SIGTV - CusteioPSB, na soma de R\$ 109.887,17 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

§7º. Os valores apurados na conta SIGTV – Van, na soma de R\$ 6.222,25 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

§8º. Os valores apurados na conta PROCAD SUAS, na soma de R\$ 2.047,22 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

§9º. Os valores apurados na conta de COFINANCIAMENTO ESTADUAL, na soma de R\$ 56,40 serão reprogramados de acordo com o Plano de Aplicação apresentado pela Gestão Municipal;

**Art. 2º.** O Município deverá priorizar a destinação do percentual de recursos do BL GSUAS FNAS e BL GBF FNAS, nas ações de controle social, conforme deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.

**Art. 3º.** Dos valores disponíveis em 31 de dezembro de 2024, poderão ser deduzidas as despesas pactuadas em 2024, à pagar no exercício de 2025.

**Art. 4º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 28 de janeiro de 2025.

Antonia Ivaneide Barbosa de Miranda  
Presidente do CMAS

Fim do Diário Oficial - Edição N.º 499 de 31 de janeiro de 2025 com 09 págs.